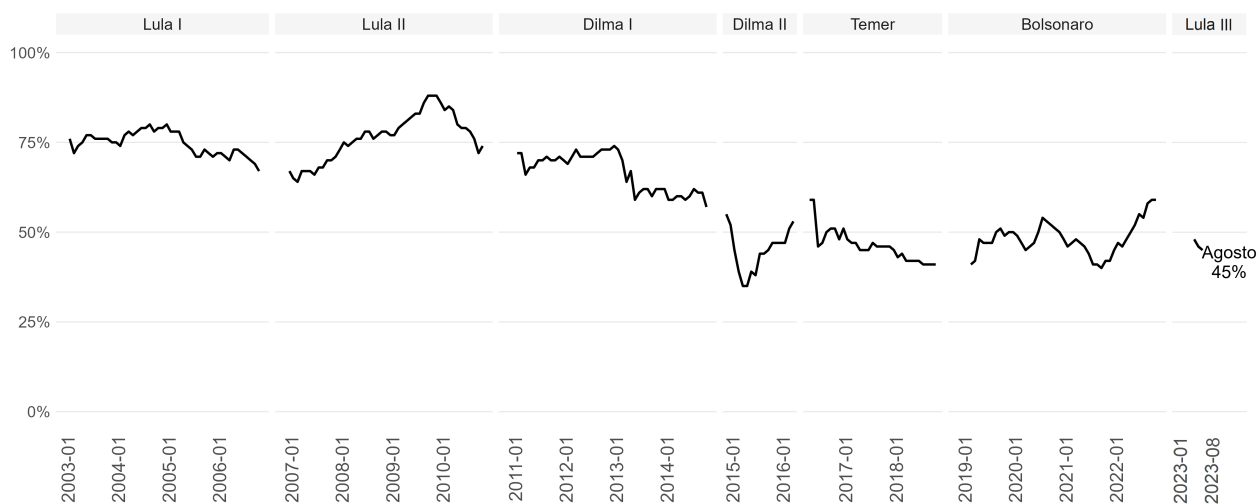


ÍNDICE DE GOVERNABILIDADE

SETEMBRO 2023

I-GOV – piora discreta no cenário transpõe problemas junto ao parlamento

Gráfico 1 - Índice de Governabilidade - 2003 a 2023



Fonte: organização metodológica 4i

O I-GOV atingiu 45% em agosto, um ponto abaixo do valor registrado em julho e três aquém do aferido em junho. Trata-se da segunda queda consecutiva no terceiro mês aferido no atual exercício presidencial, com Lula registrando valores que não experimentou em seus dois mandatos anteriores. Ademais, Jair Bolsonaro, em 2019, seguiu caminho oposto em sua trajetória inicial: partiu de 41% em abril e em agosto estabilizou-se em 47%.

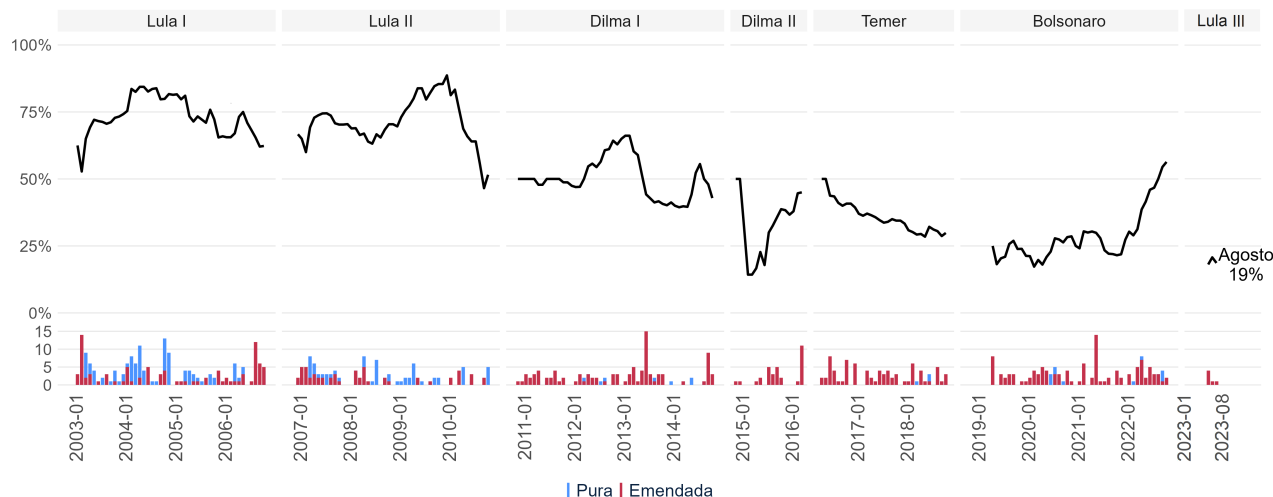
Existem, nesse instante, três notícias a serem dadas ao governo federal: a boa, a média e a má. Positivamente, uma melhora na dimensão de Opinião Pública, com o presidente atingindo o seu ápice em 56%. Tal realidade se consolida com a divulgação de uma pesquisa Quaest que reafirma a tendência de crescimento das avaliações positivas verificada depois de meados de junho, incluindo levantamentos de dois outros institutos.

O ponto mediano, que não destoa muito do que se aferiu em julho e ainda carrega reflexos de ações questionadas do governo anterior no STF, o que atinge o Executivo no presente, mas reflete aspectos do passado, está atrelado à dimensão do Judiciário. O I-GOV aqui registrou nova queda, atingindo 59%, sendo imaginada possível melhoria quando a agenda do atual presidente entrar na pauta.

Por fim, a má notícia que o país acompanha pelo noticiário e tira o sono do Planalto: a relação com o Poder Legislativo, que com 19% atinge o pior resultado da série do I-GOV desde junho de 2020. A quantidade de medidas provisórias que estão vencendo sem apreciação do parlamento preocupa, e a dificuldade de atrair parlamentares para a aprovação de agendas do Executivo é, hoje, o principal ponto de desequilíbrio político presidencial. A reforma ministerial não tem sido concluída em nítidos percalços de alinhamento, o que também causa dificuldades.

Legislativo – Governo segue com as dificuldades do pós 2013

Gráfico 2 - Índice Legislativo com as Medidas Provisórias aprovadas, emendadas e rejeitadas - 2003 a 2023



Fonte: Congresso Nacional, organização metodológica 4i

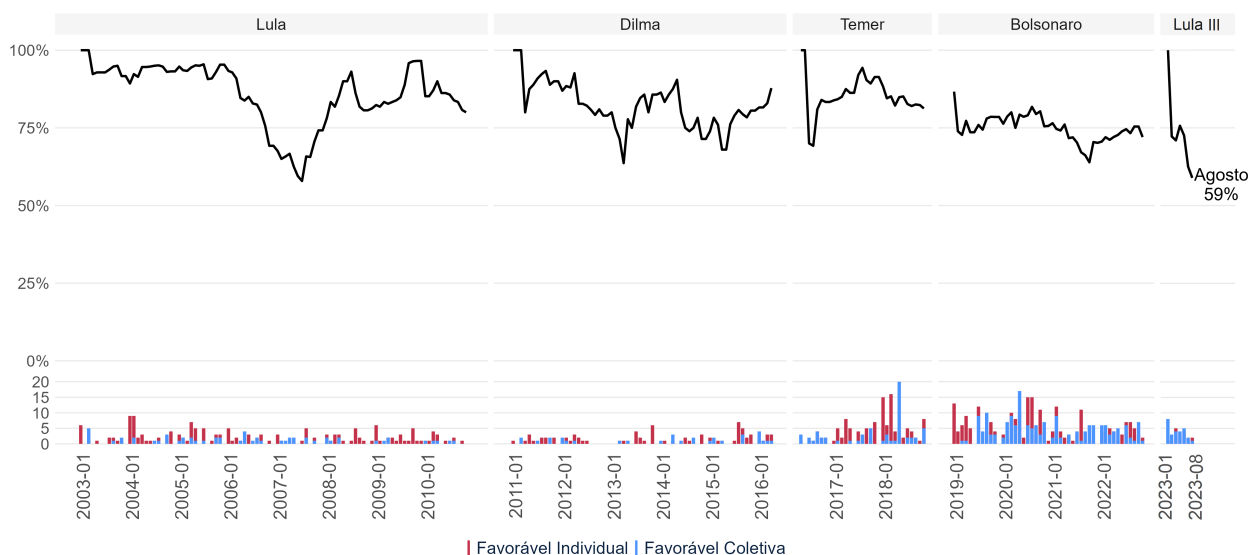
Em agosto, com a retomada das atividades do Congresso Nacional, o desafio do governo era o de colocar 14 Medidas Provisórias (MPs) para serem analisadas pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destas, dez ainda estão sendo avaliadas na Câmara dos Deputados, três perderam a vigência e apenas uma foi aprovada com alterações - a MP do novo valor do Salário Mínimo, editada pelo governo no dia 1º de maio.

Com tal resultado, o I-GOV na dimensão do Legislativo - que considera a média com pesos diferentes para as MPs aprovadas sem modificação e com modificação - chegou à marca dos 19%. O índice é pior do que o aferido em julho (21%) e continua a refletir a dificuldade de o governo consolidar sua base de apoio no interior do Legislativo. Cabe aqui destacar que desde meados de 2013 o Executivo não encontra no parlamento um parceiro para suas agendas. Entre janeiro de 2003 e julho de 2013, por exemplo, a média da dimensão Legislativo do I-GOV ficou em 67%, caindo para 37% entre agosto de 2013 e o fim do governo Temer, se estabelecendo em 13% no início do governo Bolsonaro, entre abril e agosto de 2019, e em 27% em todo o mandato do ex-presidente anterior.

A principal evidência de que o atual governo ainda enfrenta dificuldades é a quantidade de MPs que perderam a eficácia. O número continua alto. Novamente, a expectativa é a de que a Reforma Ministerial que prevê a adesão de mais parlamentares do centrão ao governo possa, sem qualquer garantia inicial, melhorar a taxa de aprovação das MPs.

Judiciário – a dimensão judicial da governabilidade, em agosto, ainda sofre intensamente os efeitos da herança legislativa dos governos anteriores

Gráfico 3 - Índice de revisão judicial - A agenda do Executivo e as ações diretas de inconstitucionalidade - 2003 a 2023



Fonte: Supremo Tribunal Federal, organização metodológica 4i

Em agosto de 2023 o governo continua a sofrer derrotas mais intensas nos julgamentos da Suprema Corte. Tal movimento se reflete numa nova queda desta dimensão do índice, saindo de 62% em julho para 59%, tornando o escore mais baixo do atual governo Lula e o pior da série desde agosto de 2007, quando Lula estava em seu segundo mandato.

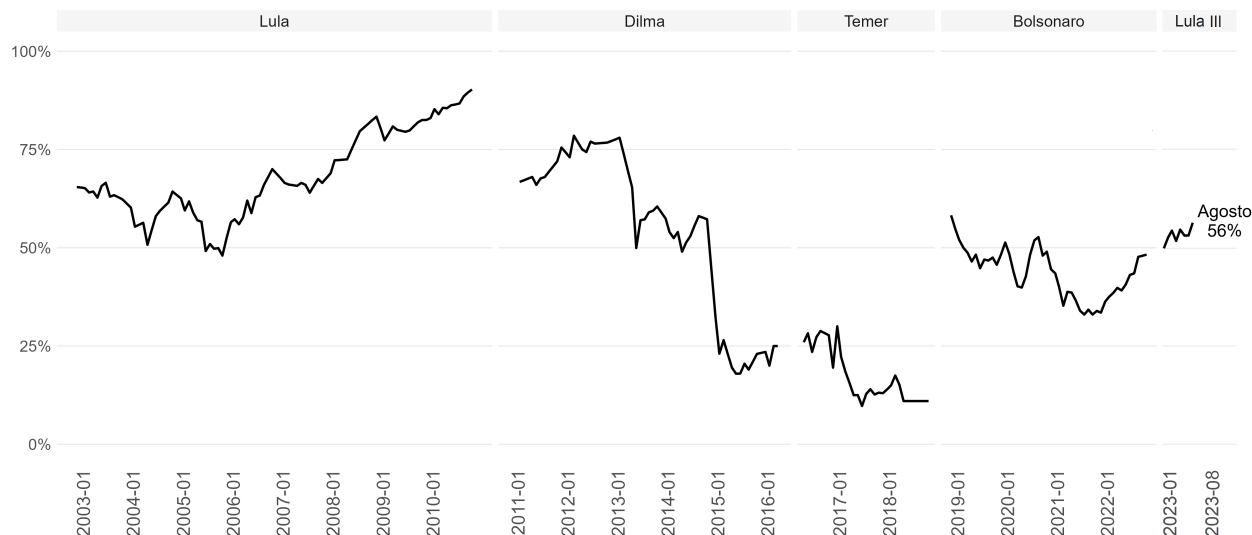
Partimos da hipótese de que tal resultado continua a ocorrer em razão da concentração de julgamentos desfavoráveis ao Executivo associados à baixa qualidade da produção legislativa dos governos anteriores, principalmente de Bolsonaro, ora com decisões vindas de processos integrantes do acervo antigo, ou seja, anteriores a Bolsonaro, ora provenientes de ADIs propostas durante o governo anterior ou já em 2023, mas referentes a legislação proveniente do antecessor.

Diretamente em relação às suas pautas, Lula não sofreu qualquer efeito, positivo ou negativo, resultante de poucas ADIs em face de legislação por ele produzida. Desde janeiro de 2023, não se verifica nelas qualquer decisão contrária ao governo. Por fim, pôde-se observar, até o mês de agosto, o início de vários julgamentos, ora paralisados por pedidos de vista ou por requerimento de destaque (plenário virtual), que poderão ser concluídos nos próximos meses e impactar no resultado da dimensão judicial de I-GOV.

Relevante destacar que para o Judiciário, o I-GOV é obtido a partir de um cálculo do comportamento das decisões que envolvem o Executivo como resultado de médias dos doze meses mais recentes de um dado governo, e tendo em vista que Lula ainda não completou seu primeiro ano no poder, o indicador ainda é marcado por certa instabilidade. Além disso, como o índice considera apenas a data de julgamento e não criação das ADIs, sofre contaminação de atos legislativos editados no governo anterior e julgados no atual mandato. O efeito é intensificado por não ter pauta criada pelo mandato atual com julgamento concluído.

Opinião Pública – Lula tem melhora discreta e atinge pico acima dos 50%

Gráfico 4 - Índice de Popularidade - série mensal de avaliação dos presidentes - 2003 a 2023



Fonte: Institutos de pesquisa diversos, organização metodológica 4i

Em agosto, pela primeira vez desde que voltou ao Planalto, Lula superou a casa de 55% de popularidade de acordo com as aferições da dimensão de Opinião Pública do I-GOV. O levantamento da Quaest divulgado no dia 16, único de agosto, deu ao presidente 56,3% de resultado, o que supera os 54,8% de maio e se converte no novo pico do atual mandatário.

O registro ainda é 1,8 ponto percentual abaixo do máximo obtido por Bolsonaro, em janeiro de 2019, seu primeiro mês no poder. A diferença é que em agosto daquele ano o ex-presidente já atingia 44,8%, enquanto nos seus oito primeiros meses Lula oscilou pouco e conseguiu se manter na faixa dos 50 pontos. Os principais desafios do atual presidente em relação às suas avaliações estão associados à capacidade de voltar a se estabelecer acima dos 60%, algo bastante comum entre 2003 e meados de 2013 e, para tanto, arrefecer parte da polarização existente no país. Isso ocorrerá, sobretudo, se conquistar parcelas do eleitorado de mais alta renda e escolaridade, assim como habitantes das regiões ao centro-sul do país e os evangélicos.

Mais informações

Você pode encontrar a explicação sobre a estrutura do indicador, bem como a análise da série histórica de 20 anos do I-GOV – de 2003 a 2022, clicando [aqui](#).

Este relatório é de responsabilidade da 4intelligence e sua divulgação passa a ser mensal a partir de junho de 2023.

O I-GOV é uma construção da equipe de cientistas políticos e economistas da 4i. Para maiores informações, entre em contato pelo email contato@4intelligence.ai